

# Documentário

## SAPIENS

### Uma Nova Alternativa Para Ingresso no Ensino Superior

Equipe de Colaboração:

- Prof. Carlos Alberto Serpa de Oliveira
- Prof. Paulo Soares Edler
- Profa. Maria Vitória Teixeira de Carvalho
- Profa. Thereza Penna Firme

#### APRESENTAÇÃO

*A Fundação CESGRANRIO, ao propor uma nova alternativa para ingresso no ensino superior, o faz baseada não só em seus 20 anos de experiência na realização de Concursos Vestibulares - conhecendo, portanto, seus limites e possibilidades - mas também em pesquisas, estudos e simpósios nacionais e internacionais, bem como em desenvolvimento de sistemas de avaliação.*

*No entanto, mesmo após obter autorização do MEC - Ministério da Educação - para implantar o presente Projeto, em caráter experimental, no estado do Rio de Janeiro, a CESGRANRIO tem consciência de que o mesmo não se constitui em um modelo acabado, mas que deve ser constantemente aprimorado e enriquecido pela experiência e aprendizado que resultarão das múltiplas interfaces de seu processo de implementação.*

*Esperamos de toda a comunidade, comprometida com tão angustiante problemática, críticas, sugestões e recomendações que contribuam para o aperfeiçoamento do SAPIENS.*

**Carlos Alberto Serpa de Oliveira**  
Presidente

### I - O PROBLEMA DO INGRESSO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

#### 1. O Vestibular: um pouco de sua história (1911 - 1971)

Instituído em 1911 como procedimento formal de seleção, o Concurso Vestibular - exame de ingresso no ensino superior - cumpriu a função de assegurar a indispensável compatibilidade entre a crescente demanda da formação de nível superior e a relativa inelasticidade da oferta de vagas para o ensino de 3º

grau. A explosão dos efetivos escolares no âmbito do 2º grau, sob os efeitos de uma descontrolada expansão populacional, daria lugar, no decorrer de meio século, à formação de fortes pressões sobre o sistema de educação superior, pondo em relevo o dilema qualidade versus quantidade, que afetava profundamente o processo educacional brasileiro, gerando os desequilíbrios e desinteresses que comprometem o desempenho da função educativa entre nós.

No período de 1911 a 1971, à semelhança de um movimento pendular, o Vestibular, como passou a ser nomeado comumente, sofreu seguidas variações, no seu alcance e amplitude, como mecanismo de avaliação e de seleção.

Fiel ao seu papel original e preponderante, conquanto não se lhe fossem negligenciados, pelo menos, intencionalmente, os atributos de instrumento hábil de avaliação, o Vestibular atendeu ao que dele se esperava, ou seja, em essência, o exercício da função reguladora de distribuição de vagas no 3º grau.

Com o passar do tempo, sob o peso do prestígio da formação acadêmica, sobretudo no âmbito das profissões liberais, delimitou-se o reconhecimento de novos papéis no processo seletivo, impregnados de um certo modo pela natureza desse rito de passagem materializado no Vestibular, e que teria muito a ver com o desempenho do curso secundário e com os condicionantes e pré-requisitos de um curso superior de boa qualidade. O Vestibular assumiu, nessa perspectiva, posição mais relevante que a de um mero procedimento regulador de vagas disponíveis para o efetivo de candidatos. A possibilidade de influenciar diretamente o 2º grau, definindo padrões e níveis ajustados às exigências de qualidade, veio contrapor-se a uma visão particular, segundo a qual o candidato deveria ser dotado dos conhecimentos e habilidades considerados indispensáveis à continuidade dos estudos superiores. Em um e outro caso, a medida prevalente decorria dos padrões de exigências do ensino superior, tornando-se o curso secundário nada mais do que um reflexo das suas aparentes necessidades. O reconhecimento da precedência das aptidões intelectuais do aluno, da sua capacidade de aprender e de bem utilizar os instrumentos do seu aprendizado, viria consagrar, no decurso de quase cinco décadas, novas formas de avaliação, em relação às quais se vai acumulando o produto de continuadas experiências.

As numerosas reformas educacionais que se realizaram entre nós, sob a influência de modismos passageiros, deslocaram indiretamente, para o Concurso Vestibular, o eixo de sofridas perplexidades, apontando-o ora como responsável de um processo inexorável de elitização, ora como causa de todos os desequilíbrios do novo sistema educacional - sem que se elegeisse uma alternativa correta para a velha questão de distribuição de vagas, mediante critérios de seleção com fundamentos na qualidade, no desempenho e na ampla mobilização das aptidões, habilidades e inclinações do aluno.

Três aspectos relevantes fixam, assim, algumas das funções atribuídas genericamente ao Vestibular:

**a) influência sobre a melhoria do ensino secundário**

A influência exercida pelo Vestibular sobre os padrões de desempenho do curso secundário mostrou-se, com basenas experiências avaliadas, extremamente negativa. O sistema de ensino superior, motivado pela necessidade imperiosa de preservar a qualidade dos seus cursos, ameaçada pela modificação dos fluxos que demandavam vagas, propunha um elenco de matérias e questões que pouco tinha em comum com os conteúdos programáticos ministrados no curso secundário. Cada curso superior, isoladamente, impunha, como exigência, o que julgava indispensável como condição de acesso, pouco importando, no caso, se as matérias incluídas no Concurso de seleção eram lecionadas no curso secundário. Também não havia preocupação quanto ao fato de o nível das questões apresentadas oferecerem pouca ou nenhuma adequação a uma regular escolaridade progressiva. Uma consonância advinda desse comportamento foi o desvirtuamento do papel central das escolas secundárias, até mesmo daquelas tradicionais, de elevado padrão de ensino, diante de sua própria incapacidade de atender a uma múltipla diversidade de solicitações, em aberto conflito com a sua missão pedagógica de origem, mais nobre e relevante - a de formar para a vida e a de oferecer educação geral para todos. Surgiram, como consequência desse quadro, novas escolas "especializadas" no atendimento de uma clientela a ser moldada conforme as exigências de ordem prática - os "cursinhos" - mecanismos eficientes de adestramento ao Vestibular que, progressivamente, ganharam terreno e assumiram o lugar dos colégios. Estes, em muitos casos registrados, abriram mão, quase por inteiro, de sua tarefa, delegando oficialmente aos "cursinhos", através de convênios, a função de preparação para o Vestibular. A função formadora do 2º grau viu-se, assim, dissociada do "treinamento para o Vestibular", assumindo, nesse contexto, sob o peso da preferência dos alunos, posição pedagógica subalterna em relação ao sistema paralelo e marginal constituído pelos "cursinhos". Não terão sido essas, certamente, as únicas consequências desse processo desagregador do qual

tornou-se vítima a escola de 2º grau. O período 1950-1970 notabilizou-se pelo crescimento dessa distorção, com a alteração significativa dos níveis de complexidade dos vestibulares e com sua desvinculação dos conteúdos do 2º grau, levando os colégios ao inevitável enfraquecimento, ensejando, em contrapartida, a consolidação do papel dos "cursinhos", cada vez mais prestigiados e transformados em etapa indispensável para o êxito no acesso ao ensino superior. Em suma, a universidade e a escola secundária acomodavam-se por via de um processo natural de adaptação, ficando, entretanto, o estudante desprotegido, sem orientação adequada, entregue à própria sorte.

**b) pré-requisitos para o bom desempenho acadêmico**

Da mesma forma pela qual os "cursinhos" substituíram, por força das exigências de seleção para o curso superior, a escola regular de 2º grau, graças à introdução de conteúdos e padrões de complexidade alheios a este nível de escolaridade, a massificação da educação superior, mediante a absorção de contingentes crescentes de candidatos, por força da legislação, invalidaria qualquer tentativa de adoção do critério de qualificação segundo as necessidades e requisitos indispensáveis ao bom desempenho nos cursos superiores. As pressões que se armaram às portas das universidades e dos estabelecimentos isolados de nível superior induziram o governo a adotar uma legislação mais tolerante, fruto de uma falsa e desastrada concepção de socialização das oportunidades de acesso à educação superior.

A proibição da "sobra de vagas", por Decreto Presidencial, viria agravar uma prática já em curso, a de assegurar o preenchimento das vagas oferecidas, mesmo que, para tanto, se fizesse a correção das provas de modo a assegurar o aproveitamento de todas ou quase todas as vagas. Adotou-se o expediente de mascarar o nível mínimo, de modo a ampliar o contingente dos "classificáveis". Outra possibilidade bem sucedida e à qual se veio recorrer com mais frequência consistiu na realização sucessiva de vestibulares, até o preenchimento das vagas existentes. Esse artifício permitiria tornar "aptos" postulantes rejeitados dias antes por despreparo para o ingresso no ensino superior. A formação de receitas extras, à custa de novas taxas de inscrição, passou a favorecer esta segunda possibilidade.

As IES (Instituições de Ensino Superior) tiveram, por outro lado, que enfrentar o problema dos excedentes, distorção acentuada pelo Governo ao legislar sobre a matéria e que induzia a se admitir que candidatos considerados aptos e preparados para ingresso no ensino superior, especialmente em carreiras de elevada competitividade, não encontravam lugar na universidade para a realização dos seus estudos. Tendo que ceder às pressões que se organizaram à sua

volta, as universidades viram-se forçadas a aumentar, da noite para o dia, suas vagas, sem que lhes fossem atribuídos os necessários recursos materiais e humanos, com o conseqüente abastardamento da qualidade do ensino que se pretendia preservar. Novas instituições foram criadas às pressas, com a finalidade de assegurar a absorção dos excedentes, sem que, mais uma vez, lhes fossem atribuídas as mínimas condições de funcionamento. O princípio da qualificação, como pré-requisito de bom desempenho nos cursos superiores, associado à concepção do vestibular, viu-se relegado, na prática, pelas ações governamentais, verificando-se efeito inverso, com a massificação e a conseqüente queda da qualidade do ensino superior.

#### c) distribuição de vagas.

Esta função obteve um resultado melhor do que as outras, especialmente quando da realização de concursos classificatórios, até porque a reprovação intencional se tornava desnecessária. Nos vestibulares eliminatórios, pelas distorções referidas nos itens anteriores, mesmo esta função não foi satisfatória, não havendo garantia de que dava acesso aos melhores postulantes, a cada ano. Vale ainda ressaltar o aspecto social envolvido neste processo. Devido ao fato de os diversos vestibulares, embora com características próprias, estarem todos desvinculados da realidade do 2º grau, houve a necessidade do "cursinho" que, por sua vez, financeiramente já eliminava os alunos de menor poder aquisitivo e não necessariamente os menos capazes. Elitizou-se socialmente a universidade, ao invés de elitizar-se apenas intelectualmente. Por outro lado, as múltiplas matrículas, ocasionadas por múltiplas inscrições e aprovações, perturbaram de muito o real preenchimento das vagas, que ficavam irremediavelmente perdidas.

## 2 - Novas diretrizes para os Concursos Vestibulares (1971 aos dias atuais)

A década de 70 se inicia com a criação da Comissão Nacional do Vestibular Unificado - CONVESU. Essa comissão foi criada com o objetivo de organizar, moralizar e tecnicizar a sistemática de acesso ao ensino superior no País, e, simultaneamente, corrigir as distorções apontadas anteriormente.

Os resultados desse trabalho se consubstanciaram no Decreto 68908/71 que passou a regulamentar o acesso ao ensino superior no País.

Em síntese, as determinações foram:

a) O Vestibular se revestia de caráter classificatório, com o aproveitamento dos candidatos até o limite das vagas fixadas em edital.

Eliminava-se assim a figura do excedente, com a supressão do Vestibular habilitatório.

b) O Concurso Vestibular para as instituições federais era realizado na mesma hora e data.

Resolvia-se assim o problema das migrações interestaduais, pelo menos para as universidades mantidas pelo Poder Público.

c) A Comissão de Encargos Educacionais tinha competência, na forma do Decreto-Lei nº 532/69, para regulamentar o valor das taxas de inscrição do Concurso Vestibular.

Cessavam, pois, os abusos, ficando a taxa dimensionada somente para cobrir as despesas do serviço prestado.

d) As provas do Concurso Vestibular limitavam-se, em conteúdo, às disciplinas obrigatórias da escola de 2º grau e revestiam-se de complexidade que não ultrapassasse a escolarização regular desse grau.

Com isso, terminava a necessidade dos "cursinhos" e revigorava-se a escola média, que poderia retomar as suas funções.

e) O DAU (Departamento de Assuntos Universitários), atual SENESU (Secretaria Nacional de Educação Superior), passou a atuar junto às instituições de ensino superior com vistas à sua associação (unificação) numa mesma região geo-educacional.

Eliminava-se assim:

- o desgaste físico e emocional, pois os candidatos podiam concorrer a todas as vagas com um único Vestibular;

- o problema da multiplicidade de matrículas (um candidato ocupando várias vagas); e

- a multiplicidade de meios para o mesmo fim.

Permitia-se, também, a criação de uma equipe de especialistas que dificilmente poderia ser formada por uma única universidade.

Criava-se um banco de dados em nível geo-educacional.

Unificavam-se os programas e as exigências em relação à escola de 2º grau, que reassumia suas funções com orientação segura.

Aumentavam-se as oportunidades de acesso para os mais capazes, independentemente de suas posses, com a criação de taxa única em todo o País, e com os vestibulares unificados que davam ingresso em múltiplas instituições e cursos.

Os seis anos de vigência do Decreto que regulamentou os Vestibulares permitem afirmar que os problemas existentes na década de 60 foram bastante minorados. A experiência adquirida demonstrou também que não se deve atribuir ao Concurso Vestibular o papel de melhorar o nível dos candidatos. Cabe a ele selecionar os melhores a cada ano. Cabe ao sistema produtor - 1º e 2º graus - a incumbência de gerar a qualidade pretendida nos seus 11 anos de trabalho. Assim, o único e indispensável papel adicional do mecanismo de seleção ao ensino superior deve ser o de

diagnóstico do sistema escolar que o precede, de modo a servir como orientador para uma ação corretiva ou preventiva.

Não obstante a experiência adquirida pelos diversos organismos que colocaram em prática essa política, em 1977 foram introduzidas algumas modificações no sistema de acesso ao ensino superior, como tentativa de trazer contribuição para a qualidade da escola de 2º grau. Tais modificações foram:

- a) retorno da exigência de um nível mínimo para ingresso no 3º grau, e
- b) inclusão obrigatória de prova ou questão de redação no Vestibular.

Essas práticas, após quinze anos de execução, não produziram resultados substanciais visíveis, quer em relação à qualidade do aluno, quer em relação à qualidade do ensino nas escolas de 2º grau.

No que se refere especificamente à inclusão da redação, o que se observou foi a tentativa de fazer os alunos aprenderem a redigir às vésperas do Concurso Vestibular, quando tal aprendizagem deveria ser iniciada desde os primeiros anos da escola de 1º grau.

Em 1980, uma nova tentativa de melhoria do ensino de 2º grau foi introduzida. Através de Portaria Ministerial, preconizava-se a inclusão obrigatória de questões discursivas ou de respostas livres nos Vestibulares.

Novamente, passados 12 anos, nenhuma evidência de melhoria substancial foi observada.

Cumprido ressaltar que, se de um lado, as modificações de 1971 surtiram efeitos positivos, as de 1977 em diante foram frágeis, se analisados os resultados alcançados.

Sabe-se, contudo, que vários outros fatores do tipo social, econômico, político, pedagógico, etc, poderiam explicar esses dados mas, de qualquer forma, nesse contexto, o que se vinha fazendo em relação ao Vestibular pouco representava como contribuição positiva.

### 3 - Alguns postulados básicos.

A análise anterior permite que se destaquem alguns postulados básicos, quaisquer que sejam as mudanças futuras:

- a) o Vestibular é um exame que se destina ao preenchimento das vagas existentes com os melhores candidatos que se apresentem a cada ano;
- b) o Vestibular deverá ater-se às matérias comuns a todos os alunos do 2º grau e suas provas devem ser adequadas ao nível deste grau de ensino;
- c) o julgamento das questões da prova deve ser objetivo, justo, rápido e aberto à análise de todos os candidatos e à sociedade em geral;
- d) o acesso ao ensino superior deve multiplicar as oportunidades de ingresso, independentemente da origem social do candidato;

e) os testes e provas devem procurar aferir, também, além do conhecimento dos alunos, as aptidões intelectuais, tão importantes para o prosseguimento dos estudos de nível superior.

De todo o exposto anteriormente, a conclusão mais importante que se pode tirar é a constatação de que o Concurso Vestibular não possui força suficiente para melhorar a qualidade do ensino, o que só poderá ser feito através de ações profundas não só no ensino básico e fundamental, como também e, sobretudo, no atendimento às graves necessidades sociais da população brasileira.

Além disso, por tratar-se de um exame episódico, realizado em condições psicológicas adversas, geralmente sob um forte calor de verão, com três ou quatro dias de prova, não se pode aceitar que o Vestibular seja a única ou a melhor forma de avaliar 11 anos de escolaridade progressiva e de prever sucesso acadêmico na universidade.

## II - SAPIENS: UMA NOVA ALTERNATIVA

O sistema ora proposto não tem a pretensão de resolver/ou eliminar todos os problemas relacionados ao ingresso no 3º grau, mas tem o grande potencial de constituir-se numa alternativa válida, que tentará, pelo menos, minimizá-los.

### 1 - O que é

O Sistema de Avaliação Progressiva para Ingresso no Ensino Superior - SAPIENS - é uma forma alternativa de ingresso no ensino superior, concebido pela Fundação CESGRANRIO e aprovado pelo Ministério da Educação, a ser aplicado, como Projeto-Piloto, inicialmente no estado do Rio de Janeiro.

Ele se constitui de avaliações progressivas durante os três anos do 2º grau, que substituirão o Concurso Vestibular tradicional, único e estressante, valorizando adequadamente o desempenho do aluno ao longo de seus estudos secundários e possibilitando o seu contínuo acompanhamento nas diferentes disciplinas, com diagnóstico efetivo e recuperações eventualmente necessárias.

### 2 - Base Legal

O Ministro da Educação, em 30 de outubro de 1991, acolhendo parecer técnico sobre o SAPIENS, emitiu o seguinte despacho: "Está a Fundação CESGRANRIO autorizada a implantar o sistema nos termos do referido parecer".

Diz o parecer que a legislação que regula o ingresso no Ensino Superior é a Lei nº 5.540, de 28/11/68, e o Decreto 99.490, de 30/8/90, e que o SAPIENS "está perfeitamente de acordo com a Lei e o Decreto mencionados. De fato, nada impede que a nova proposta seja realizada ao longo de um período de três anos".

Conclui o parecer afirmando que "o sistema proposto pela Fundação CESGRANRIO é uma experiência nova e que deve ser apoiada pelo MEC".

### 3 - Pressupostos

O Sistema SAPIENS, tal como foi concebido, se baseia nos seguintes pressupostos:

- a) valorização da avaliação continuada e da devolução dos resultados como instrumento essencial à aprendizagem;
- b) respeito à liberdade de ensino das escolas de 2º grau (o SAPIENS não interferirá na vida acadêmica das escolas);
- c) respeito à autonomia das IES;
- d) realização de uma avaliação externa, que, somada às avaliações internas da instituição, é considerada como contribuição importante no fornecimento de insumos para análise e revisão do currículo, dos procedimentos acadêmicos e da própria gestão das escolas de 2º grau;
- e) valorização do profissional da educação por considerá-lo peça-chave na melhoria da qualidade do ensino;
- f) preservação da homogeneidade de critérios de avaliação frente à diversidade de perfis desejados pelas IES.

### 4 - Base Conceitual

Avaliar é um momento inevitável de qualquer atividade humana. Se adequadamente vivenciado, pode promover sucesso; se inadequadamente, pode gerar o fracasso. Se a falta de avaliação é grave, igualmente prejudicial é a sua inadequação. Da mesma forma que a carência de avaliação, o não uso dos seus resultados leva ao fracasso do papel de mostrar caminhos que mereçam ser seguidos.

Não resta dúvida de que as pessoas, em todas as áreas de realização individual ou social, estão continuamente fazendo escolhas ou tomando decisões, e isto é inconcebível sem o julgamento das opções que se apresentam. O ponto crucial do processo avaliativo é assegurar a qualidade desse julgamento, cujas consequências podem representar avanço, retrocesso ou estagnação no desenvolvimento do foco da avaliação, seja ela uma atividade, um programa, um projeto, um curso, uma instituição, um sistema, ou principalmente o próprio ser humano, do ponto de vista de sua aprendizagem. Assim, é pressuposto essencial da avaliação admitir que ela só cumpre seu papel primordial quando contribui para o aperfeiçoamento de seu foco de análise.

O que está implícito nessas considerações é o reconhecimento da prioridade que convém ser dada à reflexão sobre o significado da avaliação e de suas implicações humano-sociais, em lugar da preocupação excessiva com métodos e técnicas. Entretanto, vale ressaltar que a inadequação de metodologias na obtenção de informações pode prejudicar severamente os melhores propósitos, sobretudo se não se admitem a priori as limitações que, frequentemente, acompanham a coleta de dados. De qualquer forma, o ponto crucial do processo avaliativo é questionar se vale a pena realizá-lo e isso depende dos benefícios que possam ser trazidos a curto, médio ou longo prazo. E, nesse processo, é imprescindível que estejam envolvidas tanto as pessoas responsáveis pela sua execução, como aquelas que, como foco da análise, devem refletir sobre seus resultados e suas recomendações (Stecher e Davis, 1987).<sup>1</sup>

A avaliação, ao buscar suas próprias características e seu significado em concepções teóricas mais atualizadas, não perde a sintonia com as transformações sociais mais significativas e exigentes. E, nesse sentido, vai além da ciência, porque envolve os aspectos humanos, práticos, sociais, culturais e contextuais, numa perspectiva democrática, onde as preocupações e as indagações de todos os envolvidos são levadas em consideração. Com tal entendimento, ela poderá ser *útil, viável, bem conduzida e apropriada* (Guba e Lincoln, 1989).<sup>2</sup>

Mais concretamente, a avaliação é concebida como um processo que procura compreender e julgar o *mérito* e a *relevância* de um fenômeno, um curso de ação, um programa, um projeto. Mérito, no que se refere à qualidade do projeto e que consiste essencialmente nas condições para alcançar seus propósitos; relevância, no que se refere a esse alcance de propósitos, aos resultados; é o impacto mesmo do projeto, nas suas implicações de maior dimensão.

Numa abordagem mais contemporânea, em linha com a evolução do conceito de avaliação, é preciso levantar as questões avaliativas "responsivamente", ou seja, ouvindo e respeitando as legítimas preocupações dos envolvidos e interessados, facilitando mecanismos de co-participação tanto na escolha de questões como de procedimentos e interpretações de resultados (Stake, 1975).<sup>3</sup> Interessados e envolvidos devem ser amplamente informados sobre o sentido e a finalidade do projeto em questão, utilizando-se para isso linguagem apropriada às várias instâncias de poder e execução. As preocupações, as indagações e os interesses de cada grupo ou representação de envolvidos devem ser captados para se assegurar uma

1. Stecher, Brian M. e Davis, W. Alan. *How to focus an evaluation*. Newburg Park, California: Sage Publications Inc., 1987.  
 2. Guba, Egon G. e Lincoln, Yvonna S. *Fourth generation evaluation*. Newburg Park, California: Sage Publications Inc., 1989.  
 3. Stake, Robert E. *Evaluating the arts in educations: A responsive approach*. Columbus, Ohio: Charles E. Merrill, 1975.

avaliação que seja sensível aos aspectos de mérito e relevância em cada situação.

O essencial, em avaliação, não está na forma do seu questionamento, mas na relevância da informação obtida. Quando a avaliação é conduzida como um componente integrado a um curso de ação, incorporando suas peculiaridades e refletindo suas reais indagações, não se pode dizer que as decisões são tomadas, elas emergem naturalmente (Cronbach et alii, 1980).<sup>4</sup>

Qualquer instituição, para melhor servir às necessidades de seus integrantes - e aqui se inclui precipuamente a educação - precisa crescer na busca constante de responder às grandes exigências de uma sociedade em mudança. Para esse desafio, é imprescindível assegurar um processo contínuo de autoconhecimento, que lhe permita iluminar as direções mais condizentes com suas responsabilidades inadiáveis de aperfeiçoamento na prestação de serviços. Este processo, por certo, estuda criteriosamente as necessidades dos interessados, acompanha de perto a contribuição que pretende estar oferecendo e verifica seus resultados a curto, a médio e a longo prazo, comprometendo-se a recriar seus caminhos no sentido sempre da melhor resposta (Penna Firme, 1988).<sup>5</sup>

Uma avaliação jamais deverá ser contemplada se não houver perspectiva de ser útil a alguém e se não for viável de ser conduzida respeitando aspectos práticos, éticos, sociais, técnicos, políticos e de custo-efetividade (Eisner, 1991).<sup>6</sup>

Em sintonia com as considerações até aqui apresentadas sobre avaliação, se estabelece o SAPIENS. Tanto o aspecto conceitual como a prática da avaliação priorizada nesse paradigma estão concretizados na formulação e no desenvolvimento da proposta em questão. Desde a preocupação em assegurar a compreensão do significado do Projeto em todas as suas dimensões, no sentido de incentivar junto aos envolvidos a melhor utilização dos resultados em favor do aluno, do professor, da escola e da própria educação, até os procedimentos mais simples e operacionais de execução, o SAPIENS se sustenta sobre sólida base conceitual. Assim, destacam-se no Projeto alguns dos aspectos que evidenciam essa relação:

- a avaliação como processo de incentivo ao progresso do aluno, do grupo e da instituição, e não de sua desvalorização;
- o uso de resultados para facilitar o autoconhecimento e não como fonte de ameaça;
- o respeito aos propósitos e às preocupações de cada escola, numa abordagem democrática;

- a participação dos interessados integrantes das várias instituições no processo decisório inerente à avaliação;
- o processo avaliativo voltado para a avaliação da aprendizagem e das potencialidades do aluno, facilitando uma orientação mais completa e abrangente do seu pleno desenvolvimento.

## 5 - Sistemática de Funcionamento do Projeto

### a) Do Processo de Avaliação

A grande inovação do Sistema SAPIENS é a substituição da avaliação única, episódica e estressante do Vestibular por um processo de avaliação progressivo ao longo do ensino do 2º grau.

O sistema progressivo de avaliações da aprendizagem é constituído de seis momentos de avaliação e de testes de aptidão verbal, numérica e abstrata, que visam identificar as potencialidades e aptidões dos candidatos, independentemente do seu grau de conhecimento.

Nas avaliações semestrais, procurar-se-á verificar até que ponto o aluno adquiriu os conhecimentos, desenvolveu as habilidades e formou as atitudes que constituem os objetivos das várias disciplinas do ensino de 2º grau.

No que se refere ao teste de aptidão, é oportuno destacar seu caráter inovador em relação à seleção para ingresso no ensino superior. Com raríssimas exceções, ele, praticamente, não tem sido utilizado nesse momento tão decisivo na vida do jovem, ou seja, a escolha de sua profissão.

As práticas têm enfatizado e valorizado o conhecimento e não a potencialidade do candidato. A continuidade e a cristalização desta forma de agir são incompatíveis com a velocidade das mudanças e das exigências do mundo moderno. A obsolescência de conhecimentos ocorre de forma espantosa. Hoje, muito mais do que conhecimento, é indispensável que o ser humano seja capaz de compreender e interpretar as situações que ocorrem no mundo que o cerca, de ir em busca de fontes de informação, de utilizar e criar recursos para seu próprio desenvolvimento, com iniciativa, autonomia e criatividade.

Assim, a identificação de aptidões e potencialidades passa a ser crítica para o sucesso em qualquer empreendimento na sociedade contemporânea.

Por outro lado, é preciso salientar que as aptidões a serem identificadas pelo SAPIENS não dependem necessariamente do nível de conhecimento, nem do nível social a que pertence o candidato.

4. Cronbach, Lee J. and associates. *Toward a reform of program evaluation*. San Francisco: Jossey-Bass, 1980.

5. Penna Firme, Thereza. *Avaliação: Resposta, responsabilidade, integração*. In MEC/Secretaria da Educação Superior. *Encontros e confrontos*. Brasília, D.F.: MEC/SENESU, 1988.

6. Eisner, Elliot W. *The enlightened eye*. New York: Mac Millan Publishing Company, 1991.

Espera-se, por isso mesmo, que esse teste de aptidão funcione como contrapeso social, democratizando o acesso ao ensino superior, hoje tão elitizado socialmente.

Consciente de que a ambiência cultural favorece a formação de indivíduos mais aptos, mais criativos e mais produtivos, dentro de um mercado de trabalho cada vez mais complexo e competitivo, a Fundação CESGRANRIO criou o Instituto Cultural CESGRANRIO, que inclui, entre os seus objetivos, contribuir para enriquecer a ambiência cultural nas escolas de 2º grau.

Nesse sentido, as ações culturais devem ser consideradas como elementos infra-estruturais, indispensáveis à melhoria do sistema educacional, da capacitação profissional e da qualidade de vida da população.

#### **b) Do Programa para as Avaliações Semestrais**

Serão realizadas ao todo seis avaliações.

A primeira delas tem por objetivo verificar se, ao completar o 1º grau de ensino, o aluno começou a desenvolver, entre outras, sua capacidade de observação, análise, síntese e avaliação. Esta avaliação deve verificar também o domínio que o aluno tem da linguagem, na composição de textos escritos e na sua interpretação.

As cinco seguintes correspondem ao conteúdo do 2º grau.

Os conteúdos programáticos considerados básicos em cada uma das disciplinas do ensino de 2º grau foram divididos em 5 (cinco) unidades, denominadas módulos, correspondendo cada uma delas, para efeito de avaliação, a um semestre letivo.

Este programa básico de consenso foi obtido a partir de reuniões com professores de escolas públicas e privadas de 2º grau do estado do Rio de Janeiro, garantindo, dessa forma, adequação entre os módulos do SAPIENS e os conteúdos desenvolvidos pelas escolas.

Esta divisão seqüencial de conteúdos, mesmo se constituindo num complicador para a operacionalização do Projeto, foi concebida para garantir o pressuposto de não intervenção na vida acadêmica das escolas de 2º grau, isto é, qualquer que seja a seqüência curricular adotada pela escola, o aluno encontrará um módulo correspondente no qual será avaliado.

O importante é que, ao longo do processo, ele se submeta à avaliação em todos os módulos.

#### **c) Da Devolução dos Resultados às Escolas**

À medida que as avaliações forem sendo desenvolvidas, a Fundação CESGRANRIO remeterá, para cada escola credenciada, um relatório com os graus

obtidos por seus alunos, por unidade programática avaliada, bem como a média geral obtida pelo universo dos participantes do Projeto.

Dessa forma, escola e professores poderão rever e reciclar aspectos em que o desempenho de seus alunos apresente maior dificuldade.

Os próprios alunos e pais ou responsáveis ficarão informados sobre o desempenho acadêmico, não apenas em relação ao próprio colégio que frequentam, como ocorre hoje, mas em relação ao universo dos participantes do Projeto, permitindo-lhes uma análise comparativa de suas aprendizagens com outras realidades educacionais. Espera-se, com isto, facilitar um sistema participativo de gestão do processo de ensino-aprendizagem.

Finalmente, mas não menos importante, o fato de o Projeto SAPIENS ser gerenciado, coordenado e executado por uma Agência externa, como a Fundação CESGRANRIO, confere ao Sistema isenção e credibilidade de tal forma que cada escola possa ter um diagnóstico do desempenho de seus alunos em termos comparativos com as demais escolas do Estado.

A comparabilidade desses resultados, procedida no âmbito interno de cada instituição, poderá se transformar no elemento motivador para uma verdadeira revolução pela busca da qualidade no ensino de 2º grau.

É oportuno reafirmar que a CESGRANRIO não estabelecerá nenhuma hierarquização de escolas em função do desempenho dos alunos no Projeto, mas somente fornecerá, a cada escola, a média do grupo e as notas de seu alunos.

Além, disso, como somente uma parcela dos alunos de cada escola participa do SAPIENS, não se pode, pela avaliação de um subconjunto, julgar o desempenho de todo o conjunto.

Dessa forma, a avaliação deixa de ser ameaça para o aluno e para a instituição de ensino e passa a ser informação útil ao avanço no processo de aprendizagem.

Os resultados globais obtidos no Projeto certamente se constituirão em insumos preciosos aos formuladores da política educacional brasileira.

#### **d) Da Classificação ao Final das Avaliações Progressivas**

Visando a garantir o pressuposto da autonomia das IES, quanto ao perfil desejado para seus alunos, é que o Projeto prevê que cada uma delas indique, para cada curso, os graus de exigência e as ponderações que julgar mais convenientes, conforme suas peculiaridades e especificidades. Solicita-se também que seja indicado qual deva ser o peso atribuído ao teste de aptidão.

Com isto, a CESGRANRIO realiza um processo de avaliação homogêneo, transparente e com unidade

de critérios, mas respeita e garante a diversidade de perfis desejado pela Instituição e por seus diferentes cursos.

De posse de todos estes dados e informações, será elaborado um programa computacional para que se possam emitir as listagens com a classificação dos alunos de acordo com suas opções e nível de desempenho nas diferentes avaliações e no teste de aptidão, respeitando as exigências das IES previamente definidas e amplamente divulgadas aos alunos.

#### *e) Do Apoio à Atuação dos Profissionais de Educação*

O Projeto SAPIENS, ao devolver à escola os resultados do desempenho de seus alunos estará, por si só, contribuindo para a melhoria da qualidade de ensino e do próprio processo avaliativo, através de fornecimento de informações que auxiliarão o planejamento das atividades acadêmicas de cada escola.

Além disso, o SAPIENS desenvolverá algumas atividades que visam a apoiar e valorizar a atuação dos profissionais da educação por considerá-los elementos essenciais no processo ensino-aprendizagem.

Entre outras atividades, a Fundação CESGRANRIO deverá reeditar a Revista Contato como veículo de comunicação permanente com professores e educadores, seja veiculando artigos científicos, seja divulgando material instrucional produzido para aperfeiçoamento e atualização de professores, bem como relatando experiência pedagógica de sucesso.

Uma outra linha de atuação do SAPIENS prevê a realização de reuniões, encontros, seminários e cursos com vistas ao intercâmbio de experiências e ao desenvolvimento profissional.

### **6 - Esquema Operacional**

#### *a) A Oferta de Vagas no Ensino Superior*

As Instituições de Ensino Superior do estado do Rio de Janeiro estão sendo convidadas a participar do Projeto, mediante o fornecimento de um percentual de vagas, de até 30%, para serem preenchidas pelo SAPIENS, a partir de 1995.

A adesão das IES é voluntária e se formaliza mediante convênio precedido de troca de correspondência entre as partes, na qual suas direções fixam o percentual de vagas, por curso, colocadas à disposição do Projeto.

#### *b) A Participação da Escola de 2º Grau*

As escolas de 2º grau que desejarem participar do Projeto formalizam seu credenciamento mediante a assinatura de um Convênio Padrão que define as seguintes responsabilidades:

*São responsabilidades da CESGRANRIO:*

1ª) divulgar as normas de inscrição e coordenar a inscrição dos candidatos;

2ª) elaborar e aplicar os instrumentos de avaliação;

3ª) remeter à escola integrante, após cada avaliação, além de um exemplar das provas aplicadas, a média na escala de 0 (zero) a 10 (dez), geral e da escola, registrada nas unidades programáticas avaliadas, e as notas na escala de 0 (zero) a 10 (dez), de cada aluno da escola, além dos resultados padronizados;

4ª) conferir à Instituição a qualificação de instituição credenciada, pelo que passa a outorgada a usufruir de pleno direito das seguintes vantagens:

a) análises estatísticas de interesse da escola, com base no Banco de dados do Departamento de Pesquisa da CESGRANRIO;

b) análises de dados sócio-culturais sobre os candidatos enviados pela escola.

*São responsabilidades da escola:*

1ª) fornecer à CESGRANRIO, nos prazos estabelecidos, as informações que lhe forem solicitadas para o perfeito e fiel cumprimento das obrigações assumidas pela CESGRANRIO;

2ª) funcionar como posto de inscrição;

3ª) facilitar ampla divulgação do sistema SAPIENS entre os seus alunos;

4ª) fornecer, se necessário, local apropriado para a realização das avaliações semestrais;

5ª) manter um mínimo de 40 alunos inscritos por unidade de avaliação/semestre letivo.

#### *c) A Adesão dos Alunos*

Devido à sua estratégia gradual e progressiva, na fase de implantação, somente poderão ingressar no SAPIENS alunos matriculados, a cada ano, na 1ª série do 2º grau de ensino, nas escolas credenciadas.

Em 1992, participam do projeto somente alunos da 1ª série, em 1993 estes alunos já estarão na 2ª série e ingressarão novos contingentes de candidatos da 1ª série; e, em 1994, será completado o 1º ciclo, com candidatos matriculados nas três séries do 2º grau.

Em 1995, ocorrerá o primeiro ingresso no ensino superior daqueles alunos que, neste ano de 1992, ingressaram, como grupo pioneiro, no Sistema.

A adesão do aluno é voluntária, sendo sua responsabilidade conhecer e cumprir o Regulamento do SAPIENS (ver Manual do Candidato em anexo).

### **7 - Do Acompanhamento e Avaliação do Projeto**

O SAPIENS, como projeto de inovação, com característica de experimento, estará sujeito a um duplo processo de acompanhamento e avaliação: um interno e outro externo.

Internamente, far-se-á um "follow up" de todas as etapas do Projeto buscando-se a identificação precoce

de desvios e sua pronta correção, bem como a possibilidade de, numa administração pró-ativa, introduzirem-se mudanças que venham facilitar a obtenção dos fins desejados. A ênfase deste procedimento está no julgamento do mérito, tendo em vista a qualidade do Projeto em si. Este acompanhamento interno é um dos mais importantes instrumentos de gestão do Projeto.

Além disso, verificar-se-ão os resultados que forem sendo alcançados pelo Projeto, em relação às aprendizagens dos alunos, à melhoria do ensino, e de um modo geral, às conquistas evidenciadas pelos participantes do Projeto, na escola ena CESGRANRIO. A ênfase deste procedimento está no julgamento da relevância.

Externamente, por solicitação da CESGRANRIO, caberá ao MEC a responsabilidade pelo acompanhamento e avaliação do SAPIENS. Esta avaliação externa, integrada à avaliação interna, será da maior importância para que estudantes, educadores e pais possam verificar se o sistema proposto cumpre, na prática, as vantagens que pretende ter em relação ao Vestibular tradicional.

### III - ALGUMAS QUESTÕES CRÍTICAS

Alguns questionamentos podem ser levantados sobre a proposta e as possíveis consequências do Projeto SAPIENS, questionamentos esses que podem ser facilmente respondidos.

*1 - O Sistema SAPIENS, ao introduzir uma avaliação progressiva, a partir da 1ª série do 2º grau, com vistas ao ingresso no ensino superior, não levaria a uma especialização precoce do adolescente, com efeito perverso sobre o papel da escola na sua formação cultural e humana? A Escola não se reduziria à mera função de formar recrutas para os cursos superiores?*

Não há elementos que possibilitem responder afirmativamente a essas questões.

Ao contrário, o Projeto, ao fornecer indicadores sobre o desempenho dos alunos de uma determinada escola, estará contribuindo com um diagnóstico claro, para dar visibilidade ao cumprimento do papel formador e transformador esperado da escola. A ênfase do Projeto é justamente reforçar o papel e o espaço da escola, e não reduzi-lo em suas funções e dimensões.

Consolidando ainda mais este argumento, vale lembrar que o tipo de prova que será utilizado no SAPIENS procurará verificar até que ponto a escola está ensinando para a vida ou "adestrando recrutas".

Cabe recordar que, somente após a 5ª avaliação, praticamente já em meados do 3º ano, é que o aluno faz a sua opção pela carreira ou curso que pretende seguir, justamente procurando-se evitar uma escolha precoce que poderia limitar seu horizonte vital.

Vale a pena ressaltar que o SAPIENS separa claramente aquilo que o Vestibular tradicional mistura e confunde: o momento da avaliação e o momento da distribuição de vagas. Na medida em que a avaliação é progressiva, fornecendo informações a alunos, escolas e professores, em tempo hábil, para que sejam efetuadas as correções de desvios julgadas necessárias, todos os autores estarão aptos à autogestão ou co-gestão dos processos de formação e desenvolvimento.

A distribuição de vagas ocorrerá somente no final do processo, dando oportunidade ao aluno para confrontar o resultado de seu desempenho e de sua aptidão com o perfil desejado pelas diferentes instituições e cursos.

*2 - Constituem ainda questões para discussão:*

*- Não seria o SAPIENS uma forma de intervenção na escola?*

*- A avaliação do SAPIENS substituiria a avaliação da escola?*

Um dos pressupostos do Projeto é o da não intervenção na vida escolar.

Pretender que o SAPIENS não exerça influência na escola seria uma utopia, o que se supõe é que essa influência seja benéfica, contribuindo para uma maior qualidade no ensino de 2º grau.

Além disso, é importante destacar o fato de a adesão ao SAPIENS ser voluntária. Não basta a escola se credenciar; é preciso que, além disso, o aluno manifeste livremente seu desejo de participar.

Assim, numa mesma sala de aula, haverá alunos que participam e alunos que não participam do Projeto.

As avaliações do SAPIENS nada têm a ver com as avaliações da escola. São estas que conduzem as decisões de aprovação ou não no ciclo escolar; as avaliações do SAPIENS têm outro objetivo, ou seja, o de, gradualmente, verificar e facilitar o progresso do aluno em direção ao ingresso no ensino superior como substituição ao Vestibular tradicional realizado em um só momento. As avaliações do SAPIENS não devem, portanto, ser utilizadas como avaliação da escola para qualquer decisão sobre promoção escolar. Por outro lado, tanto o aluno como o professor terão um conhecimento mais amplo da relação ensino-aprendizado, desenvolvido não só pela amplitude do conjunto em relação ao subconjunto que representou, mas também por ser uma avaliação externa, homogênea em relação a este universo mais amplo, que poderá trazer, à luz da reflexão de docentes e discentes, discrepâncias evidenciadas.

Em síntese, isso não significa que a escola não se possa valer das informações fornecidas pelo SAPIENS como mais um dado a ser considerado na sua auto-avaliação. No entanto, os resultados obtidos pelos alunos nas avaliações do SAPIENS jamais deverão

influenciar a atribuição de graus ou conceitos pelos professores da escola e as decisões sobre aprovação/reprovação de alunos pelos Conselhos de Classe.

*O SAPIENS não traz em seu bojo a idéia de retomada do vestibular unificado?*

*Por outro lado, sua forma de operacionalização não acabará substituindo um vestibular por seis?*

O Vestibular Unificado, mesmo tendo proporcionado muitas inovações e embora apresente algumas vantagens, especialmente para os candidatos, não deixa de ser um vestibular, com todos os seus problemas e dificuldades.

A Fundação CESGRANRIO não questiona a forma do vestibular, questiona sua essência enquanto método exclusivo de seleção ao ingresso no ensino superior.

Não se desconsidera o vestibular isolado que cada IES tenha resolvido adotar na busca de selecionar candidatos que apresentem perfil mais adequado às suas especificidades.

Se este procedimento contribui para que se alcance este objetivo, tanto melhor. O que se espera é que o SAPIENS, pela sua forma de operacionalização, possa desempenhar este papel com maiores vantagens do que qualquer tipo de vestibular.

O vestibular é um sistema que, ao mesmo tempo em que avalia o candidato, também faz a distribuição de vagas.

A sistemática de desenvolvimento do SAPIENS, como frisado anteriormente, separa estes dois momentos: o aluno primeiro se submete às avaliações e, somente após estas, é que escolhe a universidade e o curso que deseja frequentar. Esta sistemática reconhece e respeita a autonomia das IES para definirem o perfil que desejam de seus candidatos. Outra vantagem está no fato de o Projeto contemplar, também, testes de aptidão que, certamente, facilitarão a identificação de potencialidades dos candidatos para prosseguimento de estudos em nível superior. Portanto, o SAPIENS não significa uma tentativa de retorno ao vestibular unificado, mas por sua sistemática ele procura estimular que diferentes perfis possam ser definidos e identificados a partir dos sistemas de avaliações que o constituem.

Também não pode o SAPIENS ser confundido ou comparado a seis vestibulares, já que suas avaliações ocorrem ao longo do 2º grau, com muito maior proximidade entre o momento de realização da prova e aquele em que os conteúdos foram desenvolvidos nas escolas.

Por outro lado, a divisão dos conteúdos em módulos permite que o aluno se submeta à avaliação naqueles aspectos em que se julgue melhor preparado. Assim, os conteúdos irão sendo avaliados gradativamente, em

pequenos segmentos, o que permitirá a elaboração de provas mais abrangentes e a avaliação de um maior número de atributos, o que é dificultado no processo tradicional de vestibular.

Espera-se, também, uma redução ou mesmo eliminação do "stress" dos candidatos frente a provas que avaliam uma menor quantidade de conteúdos e se realizam em condições semelhantes às avaliações de sua escola. Por outro lado, as avaliações somativas e o feedback contínuo dos resultados obtido pelo aluno facilitarão a correção ou mesmo auto-recuperação de aspectos em que o desempenho tenha sido menos satisfatório. É por esta razão que se acredita que o SAPIENS contribuirá para melhoria da qualidade do ensino e estimulará a aprendizagem.

#### IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo consciente de que o SAPIENS não resolverá todos os problemas de ingresso no ensino superior e nem pretende corrigir o problema social às portas da universidade, é possível concluir que o Sistema apresenta as seguintes vantagens em relação ao Vestibular tradicional:

- 1 - permite ao aluno corrigir, ao longo dos estudos de 2º grau, as dificuldades encontradas na sua escolaridade;
- 2 - fornece ao aluno condições de acompanhar seu progresso na aprendizagem em relação a seus colegas da própria escola ou de outras do sistema, transformando-o em agente de sua própria formação e ampliando o universo de suas aptidões intelectuais;
- 3 - dilui a tensão do episódio Concurso Vestibular, que funciona como fator psicológico adverso, na medida em que o sistema valoriza todo o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido pelo aluno;
- 4 - permite a verificação de maior número de atributos, o que traz maior significado à avaliação;
- 5 - abre espaço para a formulação de objetivos mais expressivos e significativos, que valorizem o papel formador da escola;
- 6 - permite maior flexibilidade para que cada Instituição de Ensino Superior possa fixar, de acordo com suas peculiaridades e especificidades, as exigências e ponderações que julgar convenientes para configurar o perfil do aluno por ela desejado;
- 7 - preserva a homogeneidade de avaliação, respeitando a diversidade de perfis que são desejados pelas IES;
- 8 - não interfere na vida acadêmica da escola de 2º grau; sua sistemática prevê livre opção do aluno e avaliações em módulos de acordo com o programa desenvolvido pela escola;

#### 4 - Atividades Culturais

No campo cultural, a Fundação CESGRANRIO criou um projeto inovador, o Instituto Cultural CESGRANRIO.

Pesquisas sobre o comportamento humano, realizadas pela Fundação CESGRANRIO, demonstraram que indivíduos inseridos em ambientes de vida cultural mais intensiva apresentam rendimento escolar e profissional superior aos demais.

No contexto das modernas teorias organizacionais, voltadas para a elevação da produtividade e da competitividade em todos os setores da economia, a cultura pode ser definida como um fator de mobilização para a qualidade, uma metodologia baseada no aperfeiçoamento dos recursos humanos e de suas relações com o meio.

A criação de ambiências culturais em qualquer contexto social é, nos dias de hoje, instrumento essencial à formação de indivíduos mais aptos, mais criativos e mais produtivos, dentro de um mercado de trabalho cada vez mais complexo e mais competitivo.

Gerar cultura nos espaços da educação, assessorar empresas ou órgãos públicos no desenvolvimento de projetos culturais e fomentar o desenvolvimento artístico e intelectual em todos os níveis da sociedade tornam-se metas irrevogáveis da Fundação.

Para alcançar tais objetivos, a Fundação criou, em abril de 1992, o Instituto Cultural CESGRANRIO. Um agente conexo capaz de propor, executar, assessorar ou gerenciar ações culturais em sintonia com as necessidades reais da sociedade brasileira contemporânea. A atuação do Instituto é de largo alcance, visando não só ao universo educacional, mas ao conjunto do corpo social, incluindo a prestação de serviços à iniciativa privada e a participação em todos os segmentos do mercado cultural.

O Instituto se dispõe a criar um espaço cultural próprio, inteiramente voltado para os jovens, que poderão se inteirar das novas descobertas da tecnologia e da ciência e usufruir das atividades artísticas, teatrais e visuais realizadas por eles mesmos. Debates permanentes com convidados especiais voltados para os temas contemporâneos, para a comunicação visual, a filosofia e os problemas existenciais serão desenvolvidos em um espaço lúdico de estreito e caloroso convívio. Estas atividades serão divulgadas em rede especial de televisão por todo o Estado, um projeto já em fase de elaboração, capaz de atingir todos os rincões do Estado e todas as camadas sociais da população.

Para desincumbir-se de tão ampla área de atuação, a CESGRANRIO adota, gerencialmente, uma estrutura matricial por projeto e conta com serviços de infraestrutura que lhe garantem qualidade, agilidade e

flexibilidade de ação. Dentre estes serviços, merecem especial destaque um moderno Centro de Processamento de Dados, um Centro de Editoração Eletrônica e um Setor de Impressão Gráfica.

A Fundação mantém intercâmbio, com inúmeras instituições nacionais e internacionais, destacando-se a "Internacional Association for Educational Assessment", da qual é "Primary Member". Esta organização mundial reúne instituições especializadas em avaliação e medidas educacionais de mais de 50 países. A Fundação tem, ainda, realizado inúmeros seminários internacionais e deles participado ativamente, prestando, também, assessoria técnica a universidades e governos estrangeiros, tais como Alemanha, Japão, Argentina e Portugal.

É, portanto, inserido neste contexto acadêmico e cultural, e apoiado em seus 20 anos de experiência em concursos e avaliações, sobretudo no elo 2º Grau / Ensino Superior, que vem a Fundação CESGRANRIO implantar o Sistema de Avaliação Progressiva para Ingresso no Ensino Superior - SAPIENS, como um novo, ousado e promissor projeto para contribuição da melhoria da qualidade do nosso necessitado sistema educacional. ■

### Forum Educação, Cidadania e Sociedade

*O desenvolvimento da consciência da importância social e política da educação é fato recente no Brasil.*

*Matéria do estrito domínio da instância governamental, a educação apresenta-se como uma dádiva, daquelas benesses que o Estado derrama na esteira das suas amplas e múltiplas funções, e não como um direito e como tal objeto de conquista que se efetiva graças ao entendimento do que ela significa, de fato, como instrumento de realização da cidadania e ligadura vigorosa dos laços de coesão social.*

*Educação, Cidadania e Sociedade associam-se estreitamente, complementam-se e fundem-se através de um largo processo, que tem, nas diversas formas de aprendizado que caracterizam o continuum educacional, o fundamento de uma ação modeladora do Homem como ator e sujeito do seu próprio destino, como cidadão e personagem social.*

*O Forum Educação, Cidadania e Sociedade pretende transformar-se no mecanismo de conhecimento de um cenário onde se projetam questões relevantes e no instrumento de indução de ações consistentes no plano das decisões políticas.*

*Pretende-se, por meio da retomada da discussão sistemática, ampliar-se as perspectivas de um debate mais aberto ainda que forçosamente seletivo, refletindo um sentimento generalizado que se traduz no*